

**ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA PARA ALUNOS SURDOS EM ESCOLA
PÚBLICA NA CIDADE DE APODI-RN**

**LINGUISTIC ACCESSIBILITY FOR DEAF STUDENTS IN A PUBLIC
SCHOOL IN APODI-RN**

Jamilly Liliane Jales Varela¹
Mifra Angélica Chaves da Costa²

RESUMO

A acessibilidade linguística é um fator essencial para garantir aos alunos surdos o direito à educação. Este estudo tem como objetivo analisar como ocorre a acessibilidade linguística de estudantes surdos em uma escola pública na cidade de Apodi-RN, identificando os desafios e as oportunidades no processo de aprendizagem. A pesquisa se fundamenta em autores que discutem a educação bilíngue para surdos, a importância da Libras como língua natural da comunidade surda e o papel do intérprete na mediação pedagógica como: Dizeu e Caporali (2005); Lacerda (2006); Lacerda, Santos e Caetano (2011) e Quadros (2004). A pesquisa tem abordagem qualitativa é caracterizada como um estudo de campo. Para construção de dados, foram realizadas entrevistas de perguntas semi-estruturadas com duas alunas surdas e um questionário com um intérprete de Libras, buscando compreender suas experiências no ambiente escolar. Os resultados revelam que, apesar dos avanços na legislação e da presença de intérpretes nas escolas, ainda há desafios a serem superados. Também apontou que a presença do intérprete de Libras é fundamental para o aprendizado dos estudantes surdos, mas a inclusão efetiva só será alcançada com um esforço conjunto entre os professores, intérpretes e gestores da escola. Diante disso, é possível relatar a necessidade de ampliar as formações continuadas para os profissionais da educação e promover estratégias pedagógicas mais acessíveis.

Palavras-chave: Acessibilidade Linguística; Educação de Surdos; Intérprete de Libras; Inclusão Escolar.

RESUMO EM LIBRAS

¹ Graduanda do curso de licenciatura em Letras – Libras pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: jamilly.varela@alunos.ufersa.edu.br;

² Orientadora e docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), campus Caraúbas. E-mail: mifra@ufersa.edu.br.



ABSTRACT

Linguistic accessibility is an essential factor in ensuring deaf students' right to education. This study aims to analyze how linguistic accessibility occurs for deaf students in a public school in the city of Apodi-RN, identifying the challenges and opportunities in the learning process. The research is based on authors who discuss bilingual education for the deaf, the importance of Libras as the natural language of the deaf community, and the role of the interpreter in pedagogical mediation, such as Dizeu e Caporali (2005), Lacerda (2006), Lacerda, Santos, and Caetano (2011), and Quadros (2004). The study follows a qualitative approach and is characterized as field research. To collect data, semi-structured interviews were conducted with two deaf students, along with a questionnaire for a Libras interpreter, aiming to understand their experiences in the school environment. The results reveal that, despite advancements in legislation and the presence of interpreters in schools, challenges remain. The findings also highlight that while the presence of a Libras interpreter is crucial for deaf students' learning, effective inclusion can only be achieved through a collaborative effort between teachers, interpreters, and school administrators. Therefore, there is a pressing need to expand continuous training for education professionals and promote more accessible pedagogical strategies.

Keywords: Linguistic Accessibility; Deaf Education; Libras Interpreter; School Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade linguística é um dos pilares da educação para surdos e desempenha um papel fundamental na garantia do direito à aprendizagem. A educação de surdos no Brasil tem passado por diversas transformações ao longo das últimas décadas, especialmente com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua oficial da comunidade surda do país pela Lei nº 10.436/02 (Brasil, 2002). Essa lei assegura a acessibilidade linguística de pessoas surdas na sociedade, garantindo o direito à comunicação e ao aprendizado na sua língua natural.

O Decreto nº 5.626/05 que é fundamental para a implementação efetiva da Lei de Libras, estabelecendo normas e diretrizes que garantem os direitos relacionados à educação das pessoas surdas no Brasil. Este avanço representou um marco significativo na garantia dos direitos linguísticos e educacionais da comunidade surda, motivando a contratação de intérpretes de Libras no ambiente escolar e a adoção de práticas pedagógicas que garantam o acesso dos surdos a um ensino de qualidade.

A educação de surdos deve considerar não apenas o acesso ao currículo escolar, mas também a adequação do espaço e uso de estratégias visuais e materiais atreladas à sua realidade linguística. Para muitos estudantes surdos, a Libras é a principal língua de comunicação, e sua ausência no ambiente escolar pode comprometer gravemente o aprendizado.

A escolha desse tema surgiu da percepção de uma lacuna significativa na formação de professores e na estrutura das escolas públicas na cidade de Apodi-RN, observada durante o

estágio supervisionado em Língua Brasileira de Sinais (Libras) L1 II, com carga horária de 100h, que é uma etapa prática da formação de licenciandos que se dedicam ao ensino de Libras como primeira língua para surdos. Seu principal objetivo é proporcionar aos futuros docentes uma vivência real em ambientes escolares, permitindo que desenvolvam competências pedagógicas para atuar com alunos surdos. Percebemos que, muitas vezes, a educação inclusiva não consegue oferecer suporte necessário para a plena participação dos alunos surdos, também pelo desejo de contribuir para um debate sobre a importância da presença de intérpretes de Libras nas escolas públicas, explorando como essa prática pode transformar a experiência educacional dos estudantes surdos, promovendo autonomia.

Ademais, esta pesquisa se justifica pela contribuição que pode oferecer ao desenvolvimento de uma educação de qualidade para alunos surdos ao mapear as dificuldades enfrentadas por estes alunos e identificar as práticas que já estão em andamento. A pesquisa pode fornecer uma contribuição para assegurar a presença de intérpretes de Libras nas escolas, e incentivar a formação continuada de professores para atuar com a diversidade em sala de aula e lutar pela criação de mais escolas bilíngues no país.

Dentro desse contexto, a atenção às necessidades dos alunos surdos é fundamental para garantir que eles possam usufruir de um processo de aprendizagem efetivo e significativo. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha um papel crucial na mediação desse processo, proporcionando uma comunicação mais acessível e facilitando a aprendizagem desses estudantes no ambiente escolar. Construímos como problema: De que forma acontece a acessibilidade linguística para alunos surdos numa escola pública de Apodi-RN? Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo analisar como ocorre a acessibilidade linguística para alunos surdos numa escola pública de Apodi. E como objetivos específicos: problematizar a legislação brasileira sobre o contexto educacional dos alunos surdos, identificando desafios e oportunidades sobre a acessibilidade linguística. Também investigar as práticas dos intérpretes com relação à acessibilidade linguística.

Os teóricos que embasam essa pesquisa são: Dizeu e Caporali (2005), em defesa de uma língua de sinais que constitui o sujeito surdo; Lacerda (2006), que aborda a inclusão escolar do aluno surdo; Lacerda, Santos e Caetano (2011), trazendo estratégias metodológicas para colaborar com o ensino do aluno surdo; Silva (2012) abordando sobre a formação profissional do intérprete de Libras; Veloso, Rocha e Gonçalves (2023), discutem sobre a inclusão educacional de alunos surdos no Brasil; Quadros (2004) falando sobre o tradutor intérprete de Libras e língua portuguesa.

Para este estudo, utilizamos de uma abordagem qualitativa, que será abordada por Gil (2002), Lakatos e Marconi (2017) caracterizada como um estudo de campo. Foi realizada em uma escola pública na cidade de Apodi-RN e contou com a participação de duas alunas surdas e uma intérprete de Libras. Para a coleta de dados, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas e questionários, permitindo uma análise das experiências e desafios enfrentados no processo educacional. O estudo enfatiza a importância da presença do intérprete na mediação da aprendizagem e destaca a necessidade de adaptações pedagógicas e capacitação docente para garantir uma educação acessível para todas as pessoas.

Este estudo poderá contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as práticas pedagógicas, especialmente, no que diz respeito à educação de surdos em contextos escolares na cidade de Apodi-RN. Além disso, a pesquisa enriquece o debate sobre a formação de professores e profissionais da educação, apontando as necessidades de capacitação específica para trabalhar com alunos surdos. Também destaca a importância de garantir a igualdade no acesso à educação, reforçando a ideia de que todos os alunos, independentemente de suas condições, devem ter as mesmas oportunidades de aprender e desenvolver.

A pesquisa propõe investigar como o trabalho desenvolvido pelos intérpretes de Libras pode influenciar positivamente a experiência educacional dos alunos surdos, fornecendo

percepções valiosas que possam orientar práticas mais acessíveis. A interpretação de Libras não é apenas uma ferramenta de comunicação, ela é essencial para garantir que alunos surdos possam participar ativamente do processo educacional, acompanhando o conteúdo escolar e interagindo de forma efetiva com professores, colegas de turma e todos os agentes da escola de maneira geral.

A realidade, muitas vezes, aponta para a falta de profissionais capacitados na área, bem como para a ausência de uma infraestrutura adequada para atender às demandas desses estudantes. Esta falta de recursos humanos e materiais pode representar um grande obstáculo para a acessibilidade linguística dos alunos surdos de diversas formas como: Ausência de intérpretes de Libras em tempo integral; falta de materiais didáticos acessíveis, ambiente inadequado para a comunicação visual e carência de tecnologia assistiva, com isso, afetando diretamente o desempenho acadêmico e a inclusão social dos alunos surdos, assim, investigar as contribuições e os desafios da interpretação de Libras em uma escola pública na cidade de Apodi-RN é fundamental para identificar as necessidades específicas desses alunos.

Nas próximas seções deste artigo abordaremos o referencial teórico serão discutidos os desafios e possibilidades da acessibilidade linguística discutir sobre a acessibilidade linguística e educação bilíngue, o intérprete de Libras no processo educacional fala sobre o papel do intérprete de Libras. No tópico da metodologia explica o tipo de abordagem, quais foram os participantes da pesquisa e os procedimentos de construção de dados, as análises e discussões dos resultados que é a interpretação dos dados coletados. Em seguida, teremos as considerações finais mostrando as reflexões sobre os achados da pesquisa e as referências.

2. DIREITOS E LEIS DA COMUNIDADE SURDA DO BRASIL

Neste tópico, discutiremos os aspectos legislativos que garantem os direitos da comunidade surda no Brasil, abordando as principais leis e normativas que asseguram a acessibilidade, a inclusão e a valorização da Libras. A legislação brasileira avançou significativamente nas últimas décadas para promover a equidade e a participação plena das pessoas surdas na sociedade, reconhecendo Libras como meio de comunicação e garantindo o direito à educação bilíngue. Compreender essas Leis é essencial para garantir o respeito à identidade e à cultura surda, além de fortalecer práticas inclusivas que assegurem a equidade e a participação ativa dessa comunidade na sociedade.

2.1 O MARCO HISTÓRICO E POLÍTICO: LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002

A Lei nº 10.436/02 representa um marco histórico para a comunidade surda no Brasil, pois reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão. Essa legislação foi essencial para garantir os direitos linguísticos dos surdos e promover sua inclusão na sociedade. Antes dessa legislação, a Libras não era oficialmente reconhecida pelo país como língua natural, o que dificultava o acesso das pessoas surdas à educação, ao trabalho e a outros direitos fundamentais. O principal objetivo da lei foi assegurar que a Libras fosse legitimada como meio oficial de comunicação para a população surda no Brasil.

A Lei possui quatro artigos principais: Reconhecimento da Libras (Art. 1º) A Libras é reconhecida como meio de comunicação e expressão da comunidade surda, com estrutura gramatical própria, assim como qualquer outra língua. Esse artigo reforça que Libras não é apenas um conjunto de gestos, mas uma língua completa e independente do português. Dever do poder público (Art. 2º) O Estado tem a responsabilidade de garantir formas institucionais de apoio para a difusão e uso da Libras. Isso inclui a formação de intérpretes e a inserção da Libras em ambientes públicos e privados, especialmente na educação, na saúde e no atendimento ao público. Promoção do uso da Libras (Art. 3º) O governo deve incentivar a

adoção da Libras em instituições públicas e privadas, além de estimular a capacitação de profissionais para atuar na comunicação com a comunidade surda. Regulamentação e implementação (Art. 4º) O processo de implementação da lei foi regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que detalhou as diretrizes para a inclusão da Libras na educação e na formação de professores e intérpretes. (Brasil, 2002).

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados, como a falta de intérpretes suficientes, a necessidade de mais escolas bilíngues e a capacitação de profissionais em diferentes áreas para atender melhor a comunidade surda. A implementação da Lei nº 10.436/02 foi um passo importante, mas a inclusão plena da Libras na sociedade brasileira ainda exige esforços contínuos. Essa lei representa uma conquista para os direitos das pessoas surdas e reforça a importância da acessibilidade linguística para uma sociedade mais inclusiva.

2.2 DECRETO Nº 5.626/2005, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

O decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, foi criado para regulamentar a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas no Brasil. Esse decreto detalha as diretrizes para a inclusão da Libras na educação, na formação de profissionais e na acessibilidade para surdos, garantindo a aplicação prática da lei.

O principal objetivo do decreto é estabelecer mecanismos para a implementação da Libras em diferentes áreas da sociedade, especialmente na educação e na formação de profissionais qualificados para atender à comunidade surda. Além disso, ele reforça a necessidade de acessibilidade linguística para garantir a inclusão e a cidadania das pessoas surdas.

2.3 LEI Nº 13.146/2015, DE 06 DE JULHO 2015

A Lei Brasileira de inclusão (LBI) da pessoa com deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi sancionada em 6 de julho de 2015 e entrou em vigor em 2 de janeiro de 2016. Essa legislação tem como objetivo garantir e promover a inclusão social e a cidadania plena das pessoas com deficiência, assegurando seus direitos e eliminando barreiras que impedem sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Seu principal objetivo é eliminar a discriminação e garantir acessibilidade, autonomia e participação ativa das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida. (Brasil, 2015)

A LBI estabelece uma série de direitos para as pessoas com deficiência, abrangendo diversas áreas da vida. Direito à acessibilidade, à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia, à cultura, esporte e lazer. A Lei nº 13.146/2015 é um marco na luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, promovendo igualdade, acessibilidade e inclusão social. Apesar dos avanços, sua plena implementação exige compromisso do poder público, das empresas e da sociedade para garantir um país verdadeiramente inclusivo.

2.4 LEI Nº 14.191, DE 05 DE AGOSTO DE 2021

Trata da educação bilíngue para surdos no Brasil. Essa lei foi um marco importante para o reconhecimento da educação bilíngue como direito fundamental das pessoas surdas. Ela foi formulada com o objetivo de assegurar o pleno acesso à educação de qualidade para surdos e, especificamente, promover a implementação de um modelo bilíngue nas escolas.

Seus principais pontos são: o reconhecimento da educação bilíngue para os surdos que deve ser uma política pública prioritária no Brasil, garantindo que o aluno surdo tenha uma formação completa, tanto no contexto cultural como na língua portuguesa escrita, para que ele possa atuar plenamente na sociedade.

A definição do modelo bilíngue, sendo a Libras como língua de instrução, é a primeira língua do aluno surdo e a Língua Portuguesa como segunda língua, deve ser ensinada aos surdos em sua forma escrita. Garantia de formação de professores, estabelece a obrigatoriedade de formação adequada para os professores que trabalham com alunos surdos. Implementada nas escolas, a lei impõe que, em todas as redes de ensino, seja garantido o acesso à educação bilíngue para surdos. Apoio e recursos, para que as escolas contem com recursos como intérpretes de Libras, professores especializados, materiais didáticos acessíveis e outras adaptações necessárias para garantir que o aluno surdo tenha as mesmas oportunidades de aprendizado que os alunos ouvintes. Direitos e acesso à educação, visa promover a igualdade de oportunidades e o respeito à identidade cultural e linguística dos surdos. Contexto cultural e linguístico, que garante o reconhecimento dos direitos culturais das pessoas surdas. (Brasil, 2021)

A Lei nº 14.191/2021 representa um avanço significativo na educação de surdos no Brasil, pois estabelece as bases para a implementação de um modelo bilíngue que respeita e valoriza a identidade e a língua dos surdos. Ao garantir o direito à educação bilíngue, a lei promove a inclusão plena das pessoas surdas no sistema educacional, permitindo que tenham uma formação completa, tanto em Libras quanto em Língua Portuguesa, e estejam melhor preparados para participar ativamente na sociedade. A formação de professores qualificados e o fornecimento de recursos e suporte às escolas são fundamentais para o sucesso da implementação desta lei.

2.5 LEI Nº 12.319/10, DE 01 DE SETEMBRO DE 2010

Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Libras no Brasil. Essa legislação reconhece oficialmente a importância desse profissional e estabelece critérios para sua atuação, garantindo direitos e deveres no exercício da função. Seu objetivo é disciplinar a profissão de tradutor e intérprete de Libras, assegurando que somente profissionais capacitados possam atuar na mediação entre surdos e ouvintes, promovendo acessibilidade linguística e inclusão social. Em 2023, essa legislação passou por uma modificação significativa com a sanção da Lei nº 14.704/23, que aprimorou a regulamentação da profissão, trazendo atualizações importantes sobre a formação e as condições de atuação dos tradutores e intérpretes de Libras. Essa alteração reforça o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e amplia as oportunidades de acessibilidade para a comunidade surda.

Os principais pontos da lei são a definição da profissão, em que o tradutor e intérprete de Libras é o profissional responsável por realizar a tradução e interpretação entre a Libras e a Língua Portuguesa (vice-versa). Podendo atuar em diversos contextos, como educação, eventos, órgãos públicos, empresas privadas e instituições que atendem pessoas surdas. Formação e requisitos para atuação, a lei estabelece que o profissional deve preencher um dos seguintes requisitos: ter nível médio com curso de formação específica para tradutor e intérprete de Libras; ter nível superior com formação na área de Libras ou em cursos de tradução e interpretação reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), ou ter experiência comprovada na área antes da regulamentação da lei. Locais de atuação, a lei estabelece que o profissional pode atuar em diferentes espaços como: instituições de ensino, órgãos públicos e empresas privadas, eventos, palestras, conferências e reuniões onde seja necessária a tradução para Libras, serviços de televisão e mídia digital, garantindo acessibilidade à informação. Direitos e deveres do profissional, a legislação também destaca alguns princípios que devem

guiar a atuação dos tradutores e intérpretes: Fidelidade à mensagem, ética profissional, imparcialidade e qualificação continuada. Reconhecimento da importância da profissão, com a regulamentação, a atuação do tradutor e intérprete de Libras passou a ser reconhecida como essencial para a inclusão de pessoas surdas na sociedade. (Brasil, 2010)

A Lei nº 12.319/10 foi fundamental para a inclusão das pessoas surdas no Brasil, pois regulamentou a profissão de tradutor e intérprete de Libras, garantindo mais acessibilidade e comunicação efetiva em diversos setores. Com a exigência de formação e qualificação profissional, a legislação assegura um serviço de qualidade, contribuindo para a autonomia e participação plena da comunidade surda na sociedade.

3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA

Este artigo tem como fundamento a acessibilidade linguística para alunos surdos numa escola pública de Apodi-RN. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essa lei é fundamental para a inclusão e cidadania das pessoas com deficiência, garantindo-lhes maior autonomia e participação na sociedade. Também existe a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), fortalece e amplia os direitos já previstos na Lei nº 10.098/00. Enquanto esta Lei estabelece normas gerais de acessibilidade, a LBI aprofunda essas diretrizes ao garantir uma inclusão mais abrangente das pessoas com deficiência em diversas áreas da sociedade, reforçando a necessidade de acessibilidade nos espaços públicos e privados, além de assegurar direitos fundamentais como educação, trabalho e participação social. Tem o objetivo de garantir direitos e promover a inclusão das pessoas com deficiência em todas as áreas da sociedade. Reforçando a necessidade de acessibilidade, combate a discriminação e assegurando direitos fundamentais.

Sobre a importância da difusão da Libras:

Dentre os fatores de maior destaque sobre o tema, evidenciam-se a necessidade de maior difusão e implementação da Língua Brasileira de Sinais nas instituições de ensino, incorporando o bilinguismo, bem como maior acolhimento e um “novo olhar” para a deficiência, por parte do Estado e da sociedade. (Veloso, Rocha e Gonçalves, 2023, p. 62).

Destaca a importância de ampliar o uso e implementação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas escolas, promovendo o bilinguismo, ou seja, o domínio tanto da Libras quanto do português escrito, para que os alunos surdos possam aprender de maneira efetiva. A proposta é que as Instituições de Ensino incorporem a Libras de forma sistemática, oferecendo um ambiente mais acessível para os surdos. O “novo olhar” sugere a importância de superar os preconceitos, proporcionando um ambiente mais acolhedor e inclusivo, onde a deficiência não seja vista como algo a ser “curado” com visão clínica, mas sim como uma parte da diversidade humana, que deve ser respeitada e valorizada.

A educação bilíngue é um princípio que reconhece a Libras como a língua natural dos surdos. Neste estudo será explorado teorias de aprendizagem e a importância de ambientes educacionais que favorecem a interação e o diálogo bilíngue.

A língua de sinais, língua natural dos surdos, pois essa a criança surda adquire de forma espontânea sem que seja preciso um treinamento específico, ainda é considerada por muitos profissionais apenas como gestos simbólicos. De uma maneira geral, em nossa sociedade não existe lugar para

as diferenças, sendo os surdos usuários da língua de sinais desconsiderados no processo educacional. (Dizeu; Caporali, 2005, p.584).

A língua de sinais é adquirida de maneira espontânea, sem a necessidade de um treinamento formal, assim como as crianças ouvintes adquirem sua língua oral materna. No entanto, muitos profissionais a vêem como meros gestos simbólicos, subestimando seu status como uma língua completa, com estrutura e gramática próprias. De maneira geral, a sociedade não valoriza as diferenças, e isso se reflete no fato de que os surdos, enquanto usuários da língua de sinais, são frequentemente negligenciados no sistema educacional, não recebendo o apoio adequado para sua aprendizagem. Nesse contexto, a inclusão escolar surge como um princípio fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso à educação de qualidade em um ambiente regular de ensino. Lacerda, (2006) afirma que:

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas. (Lacerda, 2006, p.167).

A inclusão escolar deve possibilitar a construção de processos linguísticos adequados para cada aluno. No caso dos alunos surdos, isso pode significar o uso da língua de sinais como ferramenta de instrução fundamental de comunicação e aprendizagem. Além disso, a inclusão escolar visa garantir o aprendizado de conteúdos acadêmicos e o uso social da leitura e da escrita, que são habilidades essenciais para a inclusão completa do aluno na sociedade.

A inclusão vai além da simples presença do aluno e do serviço de tradução e interpretação na sala de aula, ela envolve a adaptação das práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas de cada aluno e criar um ambiente onde todos possam aprender e interagir de forma plena e significativa.

Nos últimos anos, a comunidade surda tem travado uma luta importante para garantir a implementação da educação bilíngue, reconhecendo que o sistema educacional inclusivo, em sua forma tradicional, não atende adequadamente às necessidades linguísticas dos alunos surdos. Apesar dos avanços, a abordagem inclusiva continua sendo a mais adotada na maioria das escolas do país. No entanto, para garantir uma aprendizagem efetiva aos alunos surdos, é essencial que essa inclusão seja acompanhada de estratégias específicas, como o ensino bilíngue propõe que o ensino da Libras seja considerado a primeira língua do surdo, enquanto o português, em sua modalidade escrita, seria a segunda, abordado no Decreto nº 5.626/05.

Nesse contexto, a Lei nº 14.191/21 surge como um marco importante, estabelecendo a nova modalidade de educação bilíngue de surdos dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), garantindo o direito de acesso a um ensino mais alinhado com a identidade cultural e linguística da comunidade surda. Essa legislação representa um avanço significativo para a garantia de um ensino de qualidade para os surdos no Brasil.

4 O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO PROCESSO EDUCACIONAL

De acordo com Quadros (2004), a história do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais é marcada pela evolução dos direitos dos surdos e pelo reconhecimento da Língua de Sinais como uma língua legítima. Inicialmente a interpretação era realizada de maneira voluntária por familiares, amigos ou religiosos, sem regulamentação profissional.

Com o tempo, à medida que os surdos conquistaram espaço na sociedade, surgiu a necessidade de profissionais qualificados para garantir a acessibilidade linguística. A presença de intérpretes possibilita que estudantes surdos tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa, reduzindo barreiras e promovendo uma educação mais justa. Além disso, essa medida reforça o direito dos surdos de usar sua língua natural, reconhecendo sua identidade cultural e promovendo a valorização da Libras como um meio legítimo de expressão e aprendizado.

O profissional intérprete de Libras regulamentado pelas Leis nº 12.319/10 e nº 14.704/23, estas legislações representam um grande avanço na acessibilidade e na inclusão da comunidade surda, pois reconhece oficialmente o trabalho desses profissionais e estabelece critérios para sua atuação. As leis definem que o intérprete de Libras pode atuar em diferentes contextos, como educação, instituições públicas e privadas, eventos e serviços diversos. Além disso, estabelece que a formação desses profissionais deve garantir um conhecimento aprofundado da Libras e de suas técnicas de tradução e interpretação. Outro ponto relevante da legislação é que ela reforça a importância desses profissionais no acesso das pessoas surdas a diversos direitos, especialmente à educação, pois possibilita que alunos surdos compreendam e participem plenamente das aulas. Dessa forma, a lei contribui diretamente para a inclusão social e educacional, promovendo a equidade no ensino e na comunicação.

O intérprete de Libras têm desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão e acessibilidade no Brasil. Esse profissional atua como mediador linguístico-cultural, viabilizando a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, em qualquer ambiente, seja ele escolar ou não. Este trabalho requer profundo conhecimento das duas línguas, além de competências interpessoais e éticas, pois é necessário respeitar a privacidade e as intenções dos interlocutores conforme apresenta Quadros (2004):

Artigo 1º. São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele; (Quadros, 2004, p. 31 e 32).

Com isso é enfatizado a necessidade de integridade moral e honestidade por parte dos intérpretes, sendo um dos pilares que garantem a segurança e o respeito às informações tratadas, isso significa que o intérprete deve lidar com as informações recebidas de maneira responsável. Este profissional atua diretamente para promover a acessibilidade linguística.

A presença do profissional intérprete pode facilitar o acesso aos conteúdos acadêmicos, proporcionando uma mediação linguística entre os professores e o aluno surdo, desde que familiaridade com a língua de sinais ou esteja em processo de adquiri-la. Conforme nos mostra Lacerda (2006):

A presença de um intérprete de língua de sinais em sala de aula pode minimizar alguns aspectos deste problema, em geral, favorecendo uma melhor aprendizagem de conteúdos acadêmicos pelo aluno, que teria ao menos acesso (se conhecesse a língua de sinais, ou pudesse adquiri-la) aos conteúdos trabalhados. Todavia, este aluno continua inserido em um ambiente pensado e organizado para alunos ouvintes. Para que este ambiente se torne minimamente adequado às necessidades de alunos surdos, são necessárias mudanças e adaptações que se encontram distantes de serem realizadas (Lacerda, 2006, p.177).

O intérprete de Libras embora seja um recurso valioso, ele não resolve completamente os desafios enfrentados pelos alunos surdos. O ambiente educacional, como um todo, precisa passar por mudanças mais profundas e adaptações para se tornar verdadeiramente inclusivo. O intérprete de Libras pode ser uma solução importante para melhorar o acesso ao conteúdo, mas ele não é suficiente para garantir a inclusão em sua totalidade. É necessário criar um ambiente realmente bilíngue, onde as necessidades sejam atendidas. De acordo com Lacerda, et al. (2011):

Quando refletimos sobre a presença do ILS³ em sala de aula, devemos nos lembrar de que este profissional possibilitará o acesso às informações e conteúdos ministrados pelo professor ao aluno surdo, traduzindo e interpretando da língua de sinais para a língua portuguesa e vice-versa, ou seja, sua atuação depende diretamente da parceria estabelecida com o professor. Nesse caso, faz-se necessária uma mudança de postura por parte do professor que também tem o dever, como educador, de auxiliar o ILS em suas práticas. (Lacerda, et al. 2011, p.6).

O intérprete atua como uma ponte comunicativa entre o professor e o aluno, traduzindo as informações e os conteúdos ensinados para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Contudo, essa dinâmica só alcança seu potencial máximo quando existe uma colaboração efetiva entre o intérprete e o professor. É essencial que o professor compreenda sua responsabilidade no processo, ajustando sua prática pedagógica para apoiar e facilitar o trabalho do intérprete. Isso exige uma postura aberta e colaborativa, onde o professor não apenas ensina, mas também auxilia o intérprete a garantir que o aluno surdo tenha o mesmo acesso à aprendizagem como os demais alunos.

5 METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo qualitativa, permitindo uma análise do contexto e das interações entre os envolvidos, favorecendo a compreensão da relevância da acessibilidade linguística no processo educacional dos alunos surdos.

É uma pesquisa de campo, que possibilita a observação direta do ambiente escolar e das práticas de ensino. De acordo com Gil (2002):

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado. (Gil, 2002, p.53)

Assim, destacando o valor da experiência direta do pesquisador em um estudo de campo, que ao observar e compreender a realidade do grupo estudado de maneira mais profunda e autêntica.

A pesquisa foi realizada na cidade de Apodi, localizada na região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil. Com uma rica história e forte ligação com suas tradições, a cidade possui raízes indígenas. A palavra “Apodi” segundo historiadores têm o significado de coisa firme. Possui área territorial de 1.602.479 km² e 36.257 habitantes. Fica localizada aproximadamente a 341 km da capital, Natal⁴.

³ Nomenclatura utilizada pelo autor Lacerda (2011) para referir-se ao intérprete de Língua de Sinais.

⁴ Dados obtidos através do site: apodi.rn.gov.br

A escola em que a pesquisa foi realizada, está localizada na zona Urbana do município de Apodi, é uma instituição estadual de ensino de educação básica, na sua estrutura possui 14 salas de aula, sala de professores, sala de diretor, laboratório de informática, laboratório de ciências, auditório, biblioteca, quadra de esportes e refeitório. São 720 alunos matriculados, sendo 2 alunos surdos, 52 professores e 2 intérpretes de Libras⁵.

Os participantes do estudo foram: dois alunos surdos que frequentam a escola e um intérprete de Libras que atua no ambiente escolar. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi estruturadas, que de acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 213) “O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão”.

Lakatos e Marconi (2017, p.216) afirmam que questionário “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Com questões voltadas para compreender as práticas de ensino e os desafios enfrentados na implementação de uma educação acessível. As entrevistas realizadas foram gravadas com consentimento prévio dos participantes, obedecendo os princípios éticos, obtendo autorização das escolas e, respeitando o anonimato e a confidencialidade dos dados. Depois foram realizadas as transcrições e análises dos dados.

Foi realizado um questionário com perguntas semi estruturadas para a intérprete, devido a escola está em recesso escolar enviado via *WhatsApp* no dia 02 de dezembro de 2024, às 19h:26min, e sendo respondido no dia 05 de dezembro de 2024 às 14h:07min. Já para a construção de dados das alunas surdas foram realizadas entrevistas via *Google Meet* também pelo motivo da escola está em recesso, em dias e horários diferentes, a primeira foi realizada no dia 10 de dezembro de 2024, às 18h:27min, com duração de 20 minutos, a segunda dia 09 de janeiro de 2025, às 16h:32min, e também com duração de 20 minutos. Foram realizadas de forma sinalizada, sem a presença de intérprete, gravadas com a autorização das entrevistadas e, respectivamente, transcritas também sem o auxílio de intérprete de Libras.

Este percurso metodológico permitiu a obtenção de informações relevantes para compreender a situação da acessibilidade linguística para alunos surdos numa escola pública de Apodi-RN, contribuindo para reflexões e proposições de melhorias no contexto educacional.

6 ANÁLISES E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa são utilizados pseudônimos para as entrevistadas, por questões de ética para preservar a identidade das mesmas. Para a intérprete de Libras será usado o pseudônimo de Beatriz. Para as alunas surdas, respectivamente, será usado Julia e Gabriela.

Para obter informações para o estudo foi realizada a entrevista com a intérprete efetiva Beatriz, atuante na escola. A mesma é graduada em Letras Libras pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e Mestra em Ensino, atuante na área de educação de surdos desde o ano de 2016. Participaram também da pesquisa duas alunas surdas, Julia e Gabriela, a primeira concluindo o ensino médio e a segunda cursando o segundo ano do ensino médio.

6.1 Perspectiva da profissional intérprete de Libras de uma escola pública de Apodi

Buscando compreender como as leis e políticas que garantem direitos à educação de surdos, e qual é o papel dos tradutores e intérpretes nesse contexto. A intérprete Beatriz respondeu:

⁵ Os dados da escola foram fornecidos pelo gestor.

É notável que muitos avanços aconteceram, principalmente após o reconhecimento da Libras, porém ainda encontramos grandes desafios que surgem desde a alfabetização de surdos e de profissionais que realmente sejam capacitados. Acho a fiscalização extremamente falha, permitindo com que muitas pessoas não alfabetizadas na língua, tenham cargos importantes na área de interpretação. Isso tudo prejudica o surdo e o seu crescimento pessoal e profissional.

A intérprete apresentou uma visão crítica sobre os desafios enfrentados na educação de surdo, apesar dos avanços conquistados com o reconhecimento da Libras. Também destaca duas questões centrais: a alfabetização dos surdos e capacitação dos profissionais que atuam na área de interpretação. A principal crítica recai sobre a falta de fiscalização, que permite a atuação de intérpretes sem o devido preparo, o que pode comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e profissional da comunidade surda. De acordo com Silva (2012, p. 20) “essa questão merece atenção da comunidade surda, pois a qualidade da comunicação dos surdos com os ouvintes está diretamente relacionada ao nível de formação dos intérpretes”.

A fim de entender quais são as funções e obrigações do intérprete de Libras na educação, destacando seu papel na mediação da comunidade entre alunos surdos, professores e demais integrantes do ambiente escolar para garantir a inclusão e acessibilidade no ensino, Beatriz expôs sua opinião:

Seria mediar as comunicações de forma plena e garantir o direito linguístico de pessoas surdas, porém em sala de aula fazemos “malabarismo” para também ensinar a Libras no momento da tradução, isso pela falta de acesso e alfabetização de pessoas surdas de forma regular e que deveria acontecer nos anos iniciais, igualmente os ouvintes.

A resposta traz uma visão realista sobre o papel do intérprete de Libras no contexto educacional, destacando sua principal função de mediar a comunicação e assegurar os direitos linguísticos dos surdos e surdas. No entanto, Beatriz também relata um problema recorrente: a necessidade de ensinar Libras durante a interpretação, o que sugere lacunas na alfabetização dos alunos surdos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. É importante ressaltar que o papel do intérprete não é o de professor de Libras, mas sim de mediador da comunicação.

Para compreender a experiência das educandas surdas na escola, analisando como elas são recebidas e como se adaptam ao uso da Libras como recurso fundamental para a aprendizagem e inclusão no ambiente educacional, a resposta da intérprete foi: “*Muito natural e engajada. Usando realmente a Libras como um direito linguístico e forma de inclusão, autonomia e acessibilidade*”.

O uso da Libras como ferramenta de aprendizagem tende a ser positivo para as alunas surdas, pois a língua de sinais é a forma natural de comunicação para elas. Quando têm acesso a um ambiente educacional inclusivo e estruturado, esses alunos conseguem utilizar a Libras, não apenas para interagir, mas também para desenvolver sua autonomia e ter maior participação no processo de ensino e aprendizagem.

Além de ser um direito linguístico garantido por lei, a Libras proporciona acessibilidade e fortalece a identidade cultural dos surdos. No entanto, a adaptação pode variar de acordo com a realidade de cada aluno. Fatores como acesso precoce à língua, a presença de intérpretes qualificados, o suporte da escola e a formação dos professores podem influenciar diretamente nesse processo. Para isso existem as leis que garantem esses direitos ao aluno surdo, como a Lei nº 10.436/02 que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, estabelecendo a obrigatoriedade de sua

utilização em serviços públicos e privados (Brasil, 2002). Apoiada pelo decreto nº 5.626/05 e as leis nº 12.319/10 e nº 14.704/23, conforme foi discutido nas seções 2.2 e 2.5.

Analisando identificar as práticas e recursos utilizados para facilitar a comunicação e a aprendizagem dos estudantes surdos, garantindo sua inclusão e participação no ambiente educacional, Beatriz opinou “*A Libras e adaptação de atividade que possam respeitar a identidade surda dos alunos, incluindo o espaço visual e realidade que eles vivem*”.

Beatriz aponta a Libras como uma das principais estratégias para superar as barreiras linguísticas dos estudantes surdos, reconhecendo também a importância da adaptação de atividades para respeitar a identidade e a realidade do surdo. Além da Libras, é essencial considerar os recursos visuais, como vídeos legendados e com janela de intérpretes de Libras, materiais ilustrativos e tecnologia assistiva, que facilitam a compreensão do conteúdo.

Foi questionado sobre as dificuldades enfrentadas e os avanços alcançados na experiência profissional da respondente, destacando desafios e conquistas em sua área de atuação. Como resposta:

Conquistas: legislação, espaço e formações.

Desafios: alunos surdos não alfabetizados em sua língua natural, professores que não enxergam o surdo como responsabilidade de todos na educação, profissionais da área de Libras que possuem apenas o conhecimento teórico e que não atuam de forma ética na formação de surdos.

A resposta apresenta um panorama geral das conquistas e desafios na atuação com a comunidade surda, destacando avanços como a legislação, a ampliação dos espaços para Libras e a formação de profissionais. No entanto, também traz pontos críticos que afetam diretamente a educação de surdos, como: a falta de alfabetização em Libras, a resistência de alguns professores em assumir a responsabilidade pela inclusão e a atuação de profissionais sem preparo prático adequado.

Buscando obter recomendações para aprimorar o trabalho do intérprete de Libras e fortalecer o suporte educacional aos estudantes surdos, promovendo uma inclusão mais eficaz na escola, Beatriz respondeu: “*Formação continuada, planejamentos com professores da sala de aula regular, investimentos na alfabetização de pessoas surdas e fiscalização quanto a garantia plena dos direitos linguísticos dos alunos surdos*”.

A formação continuada é essencial para que os profissionais estejam sempre atualizados e capacitados, garantindo uma interpretação mais eficaz. O planejamento conjunto com os professores da sala de aula regular também é uma estratégia importante, pois possibilita uma melhor adaptação das metodologias de ensino às necessidades dos alunos surdos.

O investimento na alfabetização dos surdos é outro ponto fundamental, pois muitas crianças chegam no ensino regular sem o devido domínio da Libras, o que compromete o seu aprendizado. Além disso, a fiscalização para garantir os direitos linguísticos dos estudantes surdos ajudaria a assegurar que os profissionais envolvidos na educação tenham a qualificação adequada, para que assim a acessibilidade seja realmente cumprida.

6.2 O olhar das alunas surdas para a acessibilidade linguística da escola: análise de estudantes de uma escola de Apodi

Analisando a percepção e os sentimentos das estudantes surdas sobre a presença do intérprete de Libras em suas aulas, seu impacto na comunicação, aprendizagem e inclusão escolar, Júlia falou: “*A presença do intérprete é boa, ajuda a entender os conteúdos e usa*

várias estratégias de aprendizagem”. Já Gabriela comentou também que é *“Muito bom a presença do intérprete em sala de aula”*.

As respostas de Júlia e Gabriela demonstram a importância do intérprete de Libras no ambiente escolar para alunos surdos. Júlia destaca que, além de facilitar a compreensão dos conteúdos, o intérprete utiliza diferentes estratégias de ensino, o que sugere um papel ativo no processo de aprendizagem. Isso indica que a simples tradução dos conteúdos não é suficiente, é essencial adaptar as informações para garantir que sejam acessíveis e compreendidas pelos alunos. É possível evidenciar que o intérprete de Libras não apenas auxilia na comunicação, mas também desempenha um papel pedagógico essencial, contribuindo para o aprendizado efetivo dos alunos surdos dentro da sala de aula. Quadros (2004) reforça que a atuação do intérprete em sala de aula requer adaptação linguística e metodológica, pois a simples transposição do conteúdo para Libras não garante a compreensão plena. É necessário considerar a estrutura linguística da Libras e as especificidades cognitivas dos alunos surdos para que a mediação ocorra de maneira eficaz.

Com a finalidade de buscar identificar em que a interpretação de Libras é mais eficaz para o estudante surdo, facilitando sua compreensão das disciplinas e contribuindo para sua aprendizagem, Júlia opinou: *“O intérprete ajuda muito, pois o professor somente fala e o intérprete traduz tudo que ele fala”*. Gabriela afirmou que: *“Sim, o entendimento é melhor quando tem intérprete, porque não sei português e o intérprete ajuda muito na tradução, também as provas são bastante difíceis sem a ajuda do intérprete”*.

Júlia enfatiza que o intérprete tem um papel fundamental na acessibilidade do conteúdo, pois traduz tudo o que o professor fala. Isso indica que, sem esse apoio, a produção do conhecimento ficaria comprometida, já que a comunicação oral não atende às necessidades dos alunos surdos. Gabriela, por sua vez, acrescenta um aspecto importante ao mencionar sua dificuldade com relação à língua portuguesa escrita. Além disso, embora a legislação reconheça o português escrito como a língua da comunidade surda brasileira, no contexto da educação inclusiva, essa questão nem sempre recebe a devida atenção, deixando uma lacuna no aprendizado desses estudantes.

Isso reforça a ideia de que Libras não é uma mera tradução, mas sim a língua principal dos alunos surdos, sendo essencial o aprendizado. Essas respostas evidenciam que o intérprete de Libras vai além da simples tradução, pois possibilita a inclusão efetiva dos alunos surdos no processo educacional, tornando o aprendizado mais acessível e equitativo.

A percepção do estudante surdo sobre a influência do intérprete de Libras em seu aprendizado, explorando se a presença desse profissional melhora sua compreensão e os motivos para isso, Júlia respondeu: *“Sim, melhor ter a presença do intérprete em sala de aula, porque o mesmo ajuda muito na compreensão dos assuntos”*. Já Gabriela disse: *“Aprendo normal”*.

Júlia e Gabriela demonstram percepções diferentes sobre o impacto do intérprete de Libras na aprendizagem. Júlia destaca que a presença do intérprete facilita a compreensão dos conteúdos, evidenciando a importância desse profissional no processo educativo. Sugerindo que, sem o intérprete, o aprendizado seria mais desafiador, o que reforça o papel essencial da Libras como meio de acesso ao conhecimento. Já Gabriela afirma que aprende de maneira “normal”. Essa resposta pode indicar que para ela, a presença do intérprete é considerada como parte natural do seu processo educacional. Essas diferenças mostram que a experiência dos alunos surdos pode variar, dependendo de fatores como o domínio da Libras, o nível de compreensão da língua portuguesa e a adaptação da metodologia de ensino para atender às suas necessidades.

Para compreender as formas de comunicação que o estudante surdo utiliza para interagir com professores e colegas na ausência do intérprete de Libras, analisando os desafios e estratégias adotadas, Júlia confessou: *“Eu não me comunico com os colegas”*. Gabriela:

“Meu grupo de amigos sabem um pouco de Libras, já os professores não sabem Libras, então não tem comunicação”.

Constata-se que é evidente as barreiras comunicacionais enfrentadas pelas alunas surdas na ausência da intérprete de Libras. Júlia afirma que não se comunica com os colegas, o que sugere um isolamento social devido à falta de comunicação acessível. Esse fato ressalta a necessidade de estratégias que incentivem a aprendizagem da Libras por parte dos ouvintes, promovendo maior inclusão dentro do ambiente escolar. Gabriela, menciona que seus amigos possuem um conhecimento básico de Libras, o que indica alguma tentativa de interação, ainda que limitada. No entanto, ela destaca que os professores não sabem Libras, possibilitando a comunicação direta com eles. Esse ponto reforça a importância da formação de professores em Libras para garantir a acessibilidade e a participação ativa dos alunos surdos no processo educacional. Essas respostas revelam a dependência do intérprete para a comunidade aprendizado dos alunos surdos, bem como a necessidade de iniciativas que ampliem o conhecimento da Libras dentro da escola, promovendo um ambiente mais inclusivo.

Buscando entender a percepção das estudantes surdas sobre o impacto do uso da Libras em sua participação nas atividades e discussões em sala de aula, explorando os motivos que influenciam essa experiência, Júlia falou: *“Melhora bastante a participação, porque consigo realizar atividades junto com os outros alunos, também aprender a escrever”*. Gabriela relata: *“Sim, porque somente com o professor o ensino é ele escreve e eu reescrevo igual”*.

Essas respostas reforçam a importância da Libras como ferramenta para uma educação mais dinâmica e participativa, garantindo que os alunos surdos possam interagir, expressar suas ideias e desenvolver plenamente suas habilidades acadêmicas.

Com o intuito de compreender a qualidade da relação entre a pessoa surda e o intérprete de Libras, analisando se há uma comunicação eficaz, empatia e alinhamento às necessidades do surdo no contexto educacional ou social, Júlia comentou: *“Nossa relação é boa, o intérprete me ajuda bastante na participação das aulas”*. Gabriela também comentou: *“A relação é boa, o intérprete ajuda muito”*.

As alunas mantêm uma relação positiva com a intérprete de Libras, ressaltando a importância desse profissional no ambiente escolar, sugerindo que o intérprete não apenas traduz o conteúdo, mas também desempenha um papel ativo na mediação do aprendizado e na inclusão nas atividades escolares. Demonstra que a presença do intérprete vai além da simples comunicação, promovendo acessibilidade e um ambiente mais inclusivo para as alunas surdas.

Com a finalidade de identificar possíveis melhorias na atuação do intérprete de Libras para tornar o processo mais acessível e eficaz, considerando as necessidades e preferências das alunas surdas colaboradoras com a nossa pesquisa. Júlia respondeu: *“Gostaria de mudar o ensino de Libras, pois eu não sei muito, e assim dificultando um pouco meu aprendizado”*. Gabriela: *“Não mudaria nada”*.

As respostas de Júlia e Gabriela refletem percepções diferentes sobre possíveis melhorias na experiência de aprendizado com o intérprete de Libras. Júlia aponta uma dificuldade pessoal no domínio da Libras, sugerindo que um ensino mais estruturado da língua poderia facilitar sua aprendizagem. Esse ponto destaca a importância de um ensino contínuo de Libras para os próprios alunos surdos, garantindo que tenham um conhecimento sólido da língua para acompanhar melhor os conteúdos escolares. Já Gabriela afirma que não mudaria nada, o que indica satisfação com o suporte do intérprete e com sua experiência atual na sala de aula, sugerindo que para ela, a interpretação já atende suas necessidades de aprendizado de maneira eficaz. Essas respostas demonstram que, embora o papel do intérprete seja fundamental, a experiência de aprendizado das alunas pode variar de acordo com seu

nível de fluência em Libras e suas necessidades individuais, evidenciando a importância de adaptações pedagógicas para cada estudante.

A fim de explorar outras estratégias, ferramentas e suportes que possam complementar o trabalho do intérprete de Libras, tornando o aprendizado mais acessível e eficiente para o estudante surdo. Júlia opinou: *“Poderia acrescentar mais jogos didáticos no ensino, para facilitar mais a compreensão”*. Gabriela afirmou que é: *“Melhorar o ensino visual, pois o surdo aprende melhor com o visual e também jogos didáticos”*.

As respostas de Júlia e Gabriela apontam a necessidade de recursos pedagógicos mais dinâmicos e visuais para aprimorar o aprendizado de alunos surdos na escola. Júlia sugere a inclusão de mais jogos didáticos no ensino, destacando que esse recurso pode facilitar a compreensão dos conteúdos. São recursos importantes para os professores considerarem nas suas aulas. Isso indica que métodos interativos e lúdicos são mais eficazes para seu aprendizado, tornando as aulas mais acessíveis e envolventes, mostrando a necessidade de um planejamento conjunto entre professores e intérpretes de Libras. Gabriela reforça essa ideia ao mencionar tanto os jogos didáticos quanto a importância de um ensino mais visual. Sua observação ressalta uma característica fundamental do aprendizado dos surdos, que se dá prioritariamente por meio de estímulos visuais. Essas respostas evidenciam que, além de intérprete de Libras, a adoção de metodologias mais visuais e interativas podem contribuir significativamente para a inclusão e o sucesso acadêmico dos alunos surdos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como ocorre a acessibilidade linguística para alunos surdos em uma escola pública de Apodi-RN, identificando desafios e oportunidades no ensino e aprendizagem. A pesquisa atingiu esse objetivo ao investigar a realidade escolar desses estudantes por meio de entrevistas com duas alunas surdas e uma intérprete de Libras.

Os resultados evidenciaram que, apesar da presença do intérprete ser fundamental para a compreensão dos conteúdos, ainda há barreiras significativas, como a falta de formação adequada dos professores em Libras, a carência de recursos didáticos acessíveis e a necessidade de maior inclusão dos alunos surdos no ambiente escolar. Além disso, o estudo destacou que a acessibilidade linguística vai além da presença do intérprete, sendo essencial a adoção de metodologias pedagógicas que respeitem as especificidades do sujeito surdo.

A acessibilidade linguística no contexto educacional dos alunos surdos é um fator determinante para a garantia de um ensino acessível linguisticamente e de qualidade. Ao longo desta pesquisa, foi possível identificar avanços significativos na legislação e na implementação de políticas voltadas para a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no ambiente escolar. No entanto persistem desafios que comprometem a efetivação plena desse direito, tais como a carência de intérpretes qualificados, a ausência de recursos didáticos bilíngues acessíveis, cursos de Libras para a comunidade (gestão, professores, alunos e funcionários), a fim de comunicarem com as discentes surdas e a falta de formação adequada para professores que atuam diretamente com as alunas surdas.

Os relatos obtidos por meio das entrevistas evidenciaram que a presença do intérprete de Libras na escola é indispensável para a compreensão dos conteúdos ministrados, permitindo que os alunos surdos participem de forma mais ativa no processo de aprendizagem. Contudo, o estudo também apontou que a simples inserção desse profissional não é suficiente para assegurar uma educação que atenda às necessidades linguísticas de fato. Há uma necessidade urgente de adaptação das práticas pedagógicas, com metodologia que considere as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos, bem como de um ambiente que valorize a comunicação visual e o uso da Libras como língua de instrução, como o contexto de educação bilíngue (Libras-Português).

Além disso, foi possível perceber que a ausência de domínio da Libras por parte dos professores e colegas de classe representa um obstáculo à socialização e ao desenvolvimento acadêmico dos alunos surdos. O isolamento vivenciado por esses estudantes em determinados momentos reforça a importância da capacitação docente e do incentivo ao ensino da Libras para toda comunidade escolar, promovendo interações mais efetivas e a construção de um espaço verdadeiramente acessível.

Diante do exposto, esta pesquisa reforça a necessidade de um compromisso contínuo com a educação dos alunos surdos. A implementação de políticas públicas mais efetivas e numa perspectiva bilíngue, a ampliação da formação de profissionais especializados e a criação de estratégias pedagógicas que respeitem as especificidades linguísticas dos estudantes são passos fundamentais para transformar o cenário atual. Por fim, espera-se que este estudo contribua para reflexões e ações concretas voltadas à melhoria da acessibilidade linguística nas escolas públicas, promovendo um ambiente acolhedor, garantindo que os alunos surdos tenham seus direitos linguísticos respeitados. O caminho para uma educação verdadeiramente acessível e igualitária passa pelo reconhecimento da Libras como um instrumento essencial para a aprendizagem e pela valorização da diversidade linguística como pilar fundamental da educação brasileira.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências..** *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF.

BRASIL. Lei n. 12.319/2010, de 01 de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência).** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF.

BRASIL. Lei n. 14.191, de 03 de agosto de 2021. **Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para dispor sobre a educação bilíngue de surdos.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº14.704, de 25 de outubro de 2003. **Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF.

DIZEU, L. C. T. B.; CAPORALI, S. A. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito.** Campinas, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, 2002.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Campinas, 2006.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; CAETANO, J. F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. São Carlos, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, DF: [MEC], 2004.

SILVA, D. C. da. **Importância da formação profissional do intérprete de libras de acordo com a legislação vigente**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2012.

VELOSO, A. A. M.; ROCHA, A. X.; GONÇALVES, N. P. da S. **Acessibilidade para surdos e a educação inclusiva**. Minas Gerais, 2023.